



Índice

- 01** Exército atende indígenas na fronteira de Roraima com a Venezuela
- 02** Índios fazem comitiva do Ministério da Saúde de refém no MA
- 03** Ministro apressa a demarcação de terras indígenas
- 04** Índios yanomamis discutem invasão de garimpeiros
- 05** Vereador de Amambai realiza parceria com agricultores indígenas
- 06** Mundo Novo recebe palestra sobre a questão indígena
- 07** Ministério da Cultura promove o Encontro Cultura Viva dos Povos e Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros
- 08** MPF pede anulação de licença ambiental de usina Paiaguá em MT
- 09** Aty Guasu, a grande assembleia dos povos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul discutirá problemas fundiários e demais violações aos seus direitos
- 10** Força Nacional permanece no Estado por mais 30 dias



Exército atende indígenas na fronteira de Roraima com a Venezuela

SÍTIO G1-RR, 20.07.2013

Militares prestam apoio à equipe médica que trata da saúde dos índios. Localidade, onde só se chega de avião, fica a 400 quilômetros de Boa Vista.

Em Roraima, militares do 4º Pelotão Especial de Fronteira atenderam neste sábado (20) indígenas da região do Surucucu, localizada a 400 quilômetros de Boa Vista, a noroeste do estado, fronteira com a Venezuela. Eles são atendidos na enfermaria da base militar, onde chegam com problemas de desnutrição e ferimentos.

De acordo com Santos Júnior, comandante do 4º Pelotão, os militares prestam apoio à equipe médica. "Temos médico, dentista e farmacêutico. Ajudamos com a doação de material, alimento e roupas", destacou.

O acesso à região do Surucucu é difícil e só se chega ao local de avião, partindo da Base Aérea de Boa Vista. É preciso sobrevoar nove milhões de hectares de floresta, serras e montanhas. Outra dificuldade enfrentada é a comunicação entre médicos e pacientes, mas um dos militares, que também é indígena, ajuda nessa tarefa.

O cabo do Exército Xaporita Yanomami fala português. Ele faz a intermediação da conversa entre a equipe médica e a comunidade. Por ajudar os parentes, Xaropita diz que gosta de trabalhar como intérprete. "Quando o paciente chega, eu o acompanho até o médico, faço a 'tradução'. Faço tanto aqui quanto em Boa Vista", disse.

O médico Bruno Volski diz que é preciso ter 'jogo de cintura' para saber mesclar o atendimento médico 'ocidentalizado' com a cultura milenar dos indígenas. "Existe uma diferença muito grande. O 'esquema' corporal deles e a linguagem são diferentes. A forma como eles interpretam a doença também é distinta da nossa", ressaltou.

Os militares fazem questão de respeitar a cultura dos índios para evitar conflitos, já que eles são resistentes à interação com outros povos. Na reserva indígena, vivem aproximadamente 17 mil índios. Eles sempre pedem aos militares roupas e comida.

No pelotão, há estrutura para os militares que moram no local. Lá eles cultivam horta para o próprio consumo, criam animais e se comunicam usando internet, telefone e rádio. Para Santos Soares, subcomandante do 4º Pelotão, ter essas ferramentas é fundamental.

"Entramos em contato direto com o batalhão em Boa Vista, trocamos informações sobre as condições climáticas e se tem aeronaves vindo para a reserva. Se não fossem esses meios, estaríamos totalmente isolados da capital", afirmou.

O 4º Pelotão de Fronteira foi criado no fim da década de 80. Além do patrulhamento de toda a região, os militares prestam assistência à comunidade indígena Yanomami.



Índios fazem comitiva do Ministério da Saúde de refém no MA

SÍTIO A GAZETA NEWS, 20.07.2013

Ação do Exército e Polícia resgatou grupo por helicóptero. Indígenas haviam fechado acesso à aldeia em protesto

Uma ação do Exército e da Polícia Civil resgatou quatro pessoas da comitiva do Ministério da Saúde que havia sido feita refém hoje pela manhã (20) na aldeia Pé de Galinha, nas imediações do município de Barra do Corda. O grupo de cerca de 20 pessoas estava no local para entregar três viaturas da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para a comunidade, quando aproximadamente 200 índios de outras aldeias bloquearam a entrada e saída do local, em atitude de protesto.

O secretário Especial de Saúde Indígena Antônio Alves, a secretária dele, o coordenador estadual de Saúde Indígena e uma jornalista foram liberados e já estão em um hotel. Segundo o delegado regional de Barra do Corda, Alexsandro Dias, os outros reféns dispensaram o resgate. "Eles eram lideranças indígenas e disseram que não havia necessidade, que poderiam negociar com os índios", afirmou. Ainda de acordo com ele, tudo ocorreu com tranquilidade.

A missão foi realizada com um helicóptero do Exército. "A aeronave estava no interior do estado para combate ao desmatamento e foi cedida a pedido do Ministério da Saúde", contou o delegado Dias.

Até agora, ainda não foi esclarecido o motivo do protesto dos índios que fecharam o bloqueio da aldeia. Ninguém foi preso.

Fonte: G 1



Ministro apressa a demarcação de terras indígenas

SÍTIO SUL NEWS, 20.07.2013

Em todo o Estado existem 53 áreas demarcadas ou em processo de demarcação

AGÊNCIA BRASIL

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse, na noite de ontem, que espera apresentar um encaminhamento para os conflitos entre os índios e fazendeiros, em torno da demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul, até o início do próximo mês.

Em entrevista à imprensa, após reunião, no ministério, com o grupo integrado por lideranças indígenas e representantes dos fazendeiros, do governo de Mato Grosso do Sul, da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério Público Federal para tratar da questão. "Nossa ideia é que até 5 de agosto nos possamos apresentar algum encaminhamento um pouco mais afunilado na busca de um entendimento", disse.

O grupo foi criado para buscar um consenso em torno da questão, após conflitos envolvendo os fazendeiros e os índios que resultaram na morte de um índio durante tentativa de reintegração de posse da Fazenda Buriti, em Sidrolândia, localizada a 70 quilômetros da capital Campo Grande.

Em todo o Estado existem 53 áreas demarcadas ou em processo de demarcação. A maior parte delas está em disputa na Justiça. De acordo com o ministro, o governo estuda uma fórmula jurídica para cada situação. "Há situações diferentes, há áreas em que mesmo não tendo havido o trânsito em julgado, como é o caso da Fazenda Buriti, até o momento o Judiciário entende que a área não é indígena. Há áreas em que foi suspenso o processo de demarcação sem haver uma decisão, há áreas em que não houve suspensão e que, portanto, se poderia afirmar que, salvo uma decisão em contrário do Judiciário, a área seria indígena", disse Cardozo.

O ministro informou ainda que o grupo está trabalhando em uma avaliação financeira de cada caso. "Houve determinação ao grupo que fizesse a avaliação financeira de algumas áreas levantadas, o que inclui indenizações sobre valor do domínio, benfeitorias e outras", ponderou. O ministro lembrou que como algumas dessas áreas estão judicializadas, há a necessidade de acordo entre as partes envolvidas. "Isto varia de área para área, hipótese para hipótese não há uma solução uniforme para este problema," ponderou.

Além de Mato Grosso do Sul, o governo deve fazer reunião entre índios e fazendeiros no Rio Grande do Sul, Paraná e em Santa Catarina, a partir de agosto. Em maio, o governo decidiu interromper, mesmo que temporariamente, a demarcação de terras indígenas em regiões de conflito, o que inclui esses estados.

CONT.



Cardozo também falou sobre a publicação de uma portaria, que incluirá a participação de outros órgãos federais no processo de demarcação de terras indígenas. Pela proposta, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário também se manifestariam sobre a demarcação, o que, na opinião do ministro, "tornaria mais transparente e mais dotado de informações durante o seu processamento, sem que a Funai perca o seu protagonismo".

De acordo com Cardozo, antes de editar a portaria, o governo vai acompanhar o Projeto de Lei Complementar 227/2012, que visa a regulamentar o processo de demarcação de terras indígenas. "Esta regulamentação é de fundamental importância para que possamos ter mais mecanismos jurídicos a fim de solucionar os problemas", disse o ministro.

O ministro também declarou ter várias críticas à proposta em debate no Congresso Nacional. "Temos críticas, seja do ponto de vista do mérito, seja do ponto de vista da constitucionalidade. Por isso nós queremos, a partir deste estudo que estamos fazendo, oferecer uma proposta para debate na Câmara e no Senado", declarou. De acordo com Cardozo, esta iniciativa podem diminuir a judicialização no processo de demarcação de terras indígenas. "Se for aprovada nos termos que nós gostaríamos que fosse, seguramente teremos mais instrumentais jurídicos para enfrentar os conflitos", completou.



Índios yanomamis discutem invasão de garimpeiros

SÍTIO O POVO, 20.07.2013

Mais de 300 lideranças indígenas yanomamis estão reunidas até amanhã para debater os problemas vividos pela etnia em Roraima. O encontro que começou ontem ocorre na Aldeia Maharau e é organizado pela Hutukara Associação Yanomami (HAY). A invasão de garimpeiros em suas terras é o principal tema em discussão. Segundo os índios, o garimpo avança cada vez mais rumo às aldeias, o que tem causado preocupação entre eles, principalmente nas proximidades dos rios Mucajaí e Apiaú, entre as comunidades do Hakoma e do Haxiu, no município de Alto Alegre, onde existem pelo menos quatro garimpos ativos.

De acordo com o coordenador de Proteção Territorial da Hutukara, Dário Vitorio Kopenawa, os garimpeiros estão aliciando os índios com bebidas, ferramentas, comida para que não denunciem o garimpo ilegal. "A situação está feia. Quando resolvem denunciar, os tuxauas [caciques] são ameaçados de morte". (Da Agência Brasil)



Vereador de Amambai realiza parceria com agricultores indígenas

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 21.07.2013

Uma parceria na produção agrícola dos indígenas da Aldeia Amambai foi apresentada na primeira quinzena deste mês pelo vereador professor Ailton (PSB) a 12 famílias. A iniciativa visa a sustentabilidade ambiental e econômica e foi aprovada em uma reunião realizada na própria Aldeia Amambai.

O professor Ailton, vereador em Amambai, explicou que neste primeiro momento está em processo de conclusão o preparo da terra para o plantio, onde por conta própria foram gradeados 12 hectares de terra e encaminhando as famílias o milho para ser plantado.

“Este mesmo modelo deve ser expandido para outras comunidades indígenas e para outros produtos, como o arroz e feijão”, comentou Prof. Ailton. “O povo indígena vai precisar muito desta experiência para desenvolver suas atividades de parceria com este vereador”, diz ele.

A parceria teve início em julho de 2013 e, além de envolver as famílias da Aldeia Amambai, tem a meta de plantar neste primeiro momento 12 hectares de milho. A adesão dos agricultores indígenas à parceria é espontânea e a expectativa é que será aumentada com os resultados obtidos pelas famílias que já participam. Além da gradeação da terra e entrega de sementes, os agricultores indígenas receberão orientação técnica, capacitações e participarão de intercâmbios em outras experiências consolidadas na região.

De acordo com o Professor Ailton, “o povo indígena da cidade necessita de maior apoio e não deve ser lembrado apenas em época de campanha eleitoral”.



Mundo Novo recebe palestra sobre a questão indígena

SÍTIO SUL NEWS, 21.07.2013

Palestra em Mundo Novo acontece na terça-feira. Em Amambai será na quarta-feira

BRUNO CHAVES

Os municípios de Mundo Novo e Amambai recebem, nesta semana, palestras sobre a situação indígena em Mato Grosso do Sul. As apresentações ocorrem via Escola Superior de Advocacia (ESA) da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional de Mato Grosso do Sul (OAB-MS).

Os aspectos jurídicos da demarcação de terras no Estado, assim como dados sobre os processos de reintegração de posse e temas relacionados à resolução de conflitos, serão apresentados nas palestras.

"São informações que visam dar amparo na tomada de decisões, orientando sobre as medidas a serem tomadas em uma situação de conflito. Também vamos explicar os detalhes do direito possessório, quais as legislações envolvidas. Hoje, muitos processos se arrastam por falta de conhecimento dos mecanismos corretos, da jurisprudência específica", explica o presidente da Comissão de Assuntos Agrários e Agronegócio da OAB/MS, Lucas Abes Xavier, que ministra as palestras nos dois municípios.

Segundo a assessoria da Ordem, em Mundo Novo, a ação conta com a atuação da 26ª Subseção da OAB/MS e acontece no dia 23, terça-feira, às 19h, no auditório da Câmara Municipal, na Avenida Adjalma Saldanha, 856.

Na cidade de Amambai, a palestra será no dia 24 de julho, quarta-feira, às 19h, no auditório da Subseção da OAB/MS de Amambai, localizado à Rua da República, 4.554.

PROJETO

O projeto "ESA vai ao interior" é ESA/MS e tem como objetivo intensificar a presença da Entidade no interior, levando informações para aprimorar o aperfeiçoamento dos advogados.

A entrada será gratuita e a ESA/MS emitirá certificados para os participantes. Confirmação da presença e mais informações poderão ser obtidas pelo telefone (67) 3342 4000.



Ministério da Cultura promove o Encontro Cultura Viva dos Povos e Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros

SÍTIO ENCONTRO DE CULTURAS, 18.07.2013

Semana Cultura Viva de Povos e Comunidades Tradicionais - Culturas indígenas e afro-brasileira em debate dentro da semana de eventos que serão realizados em Brasília e cidades vizinhas, entre os dias 19 e 28 de julho

A partir do dia 19 de julho Brasília e as cidades vizinhas de Luziânia (GO) e Alto Paraíso - distrito de São Jorge (GO)- vão se transformar em uma grande arena das expressões culturais dos povos tradicionais do Brasil. Até o final do mês as cidades irão sediar uma série de eventos relacionados às culturas indígenas e quilombola. Haverá debates, conferências, premiações, oficinas e apresentações culturais.

O Ministério da Cultura (MinC), em parceria com as organizações indígenas e a Funai, irá promover o 1º Fórum Nacional Setorial da Cultura dos Povos Indígenas, na cidade de Luziânia, entre os dias 21 e 22. Será um momento de escolha dos novos delegados do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas e de discussão das prioridades do setor para serem transformadas em políticas públicas.

O fórum será também uma oportunidade de mobilização das lideranças indígenas para participarem da 3ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), que irá acontecer em Brasília, no mês de novembro deste ano. O fórum será realizado no Centro de Formação Vicente Cañas (Rua Uberlândia, quadra 11, lote 21, Chácara Marajoara, CEP 72.800.000, Jardim Ingá, Luziânia-GO), a partir das 19h do dia 20.

A reunião do Colegiado Setorial de Cultura dos Povos Indígenas será realizada logo após a conclusão das plenárias do fórum, entre os dias 23 e 24 de julho, no mesmo local. Na reunião serão escolhidos os 20 novos representantes do colegiado, que irão eleger o novo representante indígena no Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC/MinC).

Prêmio Culturas Indígenas

Ainda no dia 23 de julho, a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SCDC/MinC) irá realizar a solenidade de encerramento da 4ª Edição do Prêmio Culturas Indígenas - Raoni Metuktire, no Memorial dos Povos Indígenas em Brasília, a partir das 18h. A cerimônia vai contar com a presença da ministra da Cultura Marta Suplicy e da secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural, Márcia Rollemberg.

Serão premiadas 100 iniciativas que tenham como objetivo o fortalecimento das expressões culturais dos povos e comunidades indígenas. O concurso é uma realização da SCDC/MinC e da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpin/Sul), e conta com um investimento total de R\$ 1,650 milhão. Nesta edição haverá 70 prêmios de R\$ 15 mil destinados a iniciativas

CONT.



locais e 30 outros, no valor de R\$ 20 mil, exclusivamente para iniciativas culturais que contemplem mais de uma comunidade indígena.

Conferência Livres na Chapada dos Veadeiros

Os eventos promovidos pelo MinC enriquecem a programação do XIII Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, organizado pela sociedade civil, na vila de São Jorge. O encontro, que acontecerá entre os dias 19 e 27 de julho, é uma grande festa de celebração da cultura dos povos tradicionais do Brasil e também do exterior. A expectativa dos organizadores é a participação de milhares de pessoas nas atividades deste ano.

Haverá uma ampla programação cultural, com apresentações de expressões artísticas das culturas afro-brasileira e dos povos indígenas, tais como Encontro de Congadas, Corrida de Torras, Danças Rituais, Teatro, Música, Contação de Histórias e a já tradicional Aldeia Multiétnica, realizada desde 2007. Trata-se de um espaço de integração onde representantes dos povos indígenas de todo o Brasil expõem seus costumes e tradições e desenvolvem atividades coletivas.

Dentro da programação do XIII Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros serão realizadas a Conferência Livre de Culturas Indígenas e a Conferência Livre da Cultura Quilombola, encontros tradicionais da sociedade civil que recebem apoio do MinC e que também vão discutir a agenda de debates dos dois segmentos para a 3ª Conferência Nacional de Cultura. As Conferências Livres são uma rica oportunidade de integrar esses grupos na proposição de políticas públicas voltadas às comunidades tradicionais.

A pauta quilombola tem início às 20h do dia 20 de julho, com uma procissão e o levantamento do Mastro do Divino Espírito Santo da Comunidade Quilombola do Sítio Histórico Kalunga. Haverá apresentação da Dança da Sussa, no pé do mastro. A Conferência Livre Quilombola será realizada no dia 23 e a Conferência Livre Indígena começa às 14h do dia 26 e segue até o dia 27.

Confira abaixo a programação completa dos eventos

Agenda Indígena Luziânia/GO

21/07/2013

8h30 - Abertura do Fórum Nacional Setorial para as Culturas dos Povos Indígenas.

10h-17h - Fórum Nacional Setorial para as Culturas dos Povos Indígenas.

*13h30 - Entrevista Imprensa - Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural/MinC - Sra. Márcia Rollemberg)

22/07/2013

8h30-12h - Plenária do Fórum Nacional Setorial para as Culturas dos Povos Indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 128 / 2013

Brasília, 22 de julho de 2013.

14h-17h - Eleição dos membros do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas.
17h - Instalação do Colegiado Setorial de Cultura Indígena - Eleição do conselheiro representante do Colegiado Setorial de Culturas dos Povos Indígenas/CNPC.

23/07/2013

8h30-12h - Reunião do Colegiado Setorial de Culturas dos Povos Indígenas/CNPC.
Brasília/ DF
18h-20h - Solenidade de Encerramento do Prêmio Culturas Indígenas 2012.

24/07/2013

9h-17h - Colegiado Setorial de Cultura dos Povos Indígenas/CNPC.

Alto Paraíso (São Jorge)/GO

Dia 25/07/2013

10h -17h - Encontro Cultura Viva de Povos e Comunidades Tradicionais - Oficina OIT 169: Direito de Consulta dos Povos e Comunidades Tradicionais.
21h - Apresentações Culturais.

26/07/2013

14h-17h - Encontro Cultura Viva de Povos e Comunidades Tradicionais - Conferência Livre Indígena.
21h - Apresentações Culturais.

27/07/2013

9h-17h - Encontro Cultura Viva de Povos e Comunidades Tradicionais - Conferência Livre Indígena.
17h30 - Corrida de Tora da Aldeia Multiétnica para a Vila de São Jorge.
21h - Apresentações Culturais.

28/07/2013

9h-17h - Vivências Indígenas - Aldeia Multiétnica.
21h - Apresentações Culturais.

Agenda Quilombola

Alto Paraíso (São Jorge)/GO

20/07/2013

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 128 / 2013

Brasília, 22 de julho de 2013.

18h30 - Mostra de Vídeos.

20h - Procissão e levantamento do Mastro do Divino Espírito Santo da Comunidade Quilombola do Sítio Histórico Kalunga, com dança da Sussa no pé do Mastro.

21h30 - Abertura Oficial do XIII Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros.

21/07/2013

9h - Abertura do Encontro Cultura Viva de Povos e Comunidades Tradicionais.

14h - Império e Coroação do Rei Negro do Divino Espírito Santo (reza procissão).

18h30 - Mostra de Vídeos.

21h - Apresentações Culturais.

22/07/2013

9h-17h - Encontro Cultura Viva de Povos e Comunidades Tradicionais - Oficina OIT 169: Direito de Consulta dos Povos e Comunidades Tradicionais.

21h - Apresentações Culturais.

23/07/2013

9h-17h - Encontro Cultura Viva de Povos e Comunidades Tradicionais - Conferência Livre Quilombola.

21h - Apresentações Culturais.



MPF pede anulação de licença ambiental de usina Paiaguá em MT
SÍTIO CLICHOJE, 21.07.2013

O Ministério Público Federal propôs uma ação civil pública pedindo liminarmente a suspensão do licenciamento ambiental em curso na Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) para a usina Paiaguá, em Mato Grosso, informou nesta sexta-feira (19) o MPF. A ação foi proposta no dia 15 de julho, tendo sido distribuída à 1ª Vara da Justiça Federal, e pede, no julgamento do mérito, a anulação da licença prévia concedida ao empreendedor Global Energia Elétrica S/A. (Ação nº 0010798-65.2013.4.01.3600)

Conforme o MPF, a licença prévia foi concedida irregularmente pela Sema, uma vez que a competência para analisar o pedido de licenciamento é do Ibama. A Lei Complementar nº 140/11 e a Resolução 237/97 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) estabelecem que compete ao IBAMA licenciar empreendimentos que causem impactos ambientais com repercussão em terras indígenas.

Para o MPF, além de não ter sido concedida pelo órgão ambiental competente, outros dois motivos técnicos tornam a licença irregular: a Sema dispensou o empreendedor de realizar a consulta aos povos indígenas potencialmente afetados e de elaborar o estudo de componente indígena (ECI).

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) foram concluídos e apresentados sem consulta aos povos indígenas e também sem o Estudo de Componente Indígena (ECI), que deveria ser parte integrante do estudo de impacto ambiental e ser subsídio fundamental para a tomada de decisão, por parte do órgão ambiental, sobre a viabilidade socioambiental da usina Paiaguá.

Os documentos juntados ao inquérito civil público instaurado pelo MPF, em setembro de 2012, para averiguar os impactos causados pela construção da usina, demonstram que no termo de referência que a Sema encaminhou em junho de 2011 ao empreendedor havia a orientação para que a Global Energia Elétrica S/A consultasse a Fundação Nacional do Índio (Funai) e fizesse a identificação das terras indígenas e outras comunidades tradicionais afetadas pela obra.

Em novembro de 2011, a Funai chegou a solicitar à Sema que suspendesse o processo de licenciamento ambiental até que houvesse manifestação conclusiva do órgão indigenista. Porém, em julho de 2012, após pedido da Global Energia Elétrica a Sema deu continuidade ao procedimento de licenciamento, emitiu a licença prévia para o empreendimento e a submeteu ao referendo do Consema. O conselho referendou a licença em julho de 2013. Com a votação empatada em nove votos a favor da licença e nove contrários, a concessão da licença prévia foi referendada com o voto de minerva do secretário adjunto de meio ambiente.

Dois mil hectares alagados

CONT.



A usina Paiaguá terá 28 MW de potência e será construída no rio do Sangue, provocando o alagamento de 2.200 hectares numa extensão de 19 km. Na bacia hidrográfica do rio do Sangue localizam-se quatro terras indígenas. O rio passa por dentro das terras Manoki, Erikpatsa e Japuira, que, seguindo o leito do rio, estão localizadas depois do local onde se pretende construir a usina. À sudeste do ponto de implantação da usina hidrelétrica está localizada outra terra indígena, denominada Ponte de Pedra.

A legislação brasileira exige licenciamento ambiental para todo empreendimento potencialmente causador de significativa degradação ao meio ambiente. A licença prévia (LP) é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

MP Estadual

O Ministério Público Estadual de Mato Grosso, que integra o Consema por meio do titular da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística, votou contrário ao referendo da licença prévia emitida pela Sema à usina Paiaguá, apontando diversas irregularidades e inconsistências no estudo de impacto ambiental com base no parecer elaborado por peritos que concluíram pela fragilidade técnica do EIA/Rima.

O parecer técnico do MPE que identificou as irregularidades no EIA/Rima foi encaminhado às promotorias, buscando apurar eventual responsabilidade criminal e por improbidade administrativa, tanto por parte dos servidores da Sema (que emitiram parecer favorável à concessão de licença prévia ignorando os vícios do EIA/Rima), quanto pelos profissionais contratados pelo empreendedor para elaborar o referido estudo.



Aty Guasu, a grande assembleia dos povos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul discutirá problemas fundiários e demais violações aos seus direitos
SÍTIO CIMI, 22.07.2013

Nos dias 23 a 28 de julho as lideranças políticas e religiosas das comunidades Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul se reunirão na Aldeia Jaguapiru, em Dourados, em mais uma Aty Guasu. O objetivo é discutir os principais problemas que afetam a vida das comunidades e traçar estratégias para enfrentar o quadro de violências e o desrespeito aos seus direitos territoriais. Autoridades responsáveis pela condução da política indigenista do país foram convidadas e, destes, as lideranças esperam ouvir propostas concretas, em resposta às reivindicações apresentadas ao longo dos últimos anos, especialmente aquelas relativas às demarcações das terras e ao combate às violências.

Nos últimos anos, os povos indígenas em Mato Grosso do Sul sofrem com a omissão do governo federal no cumprimento das determinações constitucionais e com a morosidade nos procedimentos administrativos que lhes garantiriam a demarcação, posse e usufruto das terras. A postura negligente do governo gerou uma brutal ofensiva dos setores ligados ao agronegócio contra os povos indígenas. As violências contra a pessoa são uma constante em Mato Grosso do Sul e submetem as lideranças a uma condição de vulnerabilidade. Há, para além dos ataques contra a pessoa (que são muitos), um tipo de violência simbólica sustentada na discriminação e no preconceito, disseminada na sociedade e constantemente realimentada pelos meios de comunicação. O clima é de tensão porque os indígenas acabam sendo vistos como "inimigos de estado e do desenvolvimento". De um modo geral, se entende que as formas de vida dos "índios" são signos de atraso e, por conseguinte, eles são discriminados por não aderirem aos princípios e regras pactuadas numa sociedade concorrencial, centrada no individualismo e no "progresso".

No final de 2012 a comunidade de Puelito Kue, do povo Guarani Kaiowá, causou comoção ao divulgar, através das redes sociais, uma carta-denúncia, na qual confronta princípios e regras desta sociedade e afirma sua disposição em continuar lutando para resguardar suas formas tradicionais de viver. A carta manifestava a disposição das pessoas da comunidade de continuar lutando e, se necessário fosse, entregar a própria vida, caso o governo levasse a efeito uma decisão judicial injusta - de despejo. Um dos trechos da carta dizia: "Sabemos que seremos expulsos daqui da margem do rio pela justiça, porém não vamos sair da margem do rio. Como um povo nativo/indígena histórico, decidimos meramente em ser morto coletivamente aqui... Solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui"...

A carta repercutiu internacionalmente e ecoou como um anúncio de suicídio coletivo. Contudo, a intenção era denunciar as injustiças praticadas contra o povo Guarani-Kaiowá e as ações que buscam inviabilizar o direito de viver na sua própria terra. E são estas atitudes e reações dos povos indígenas, na luta pela vida, que os diferencia da sociedade individualizada e regrada pelos princípios da propriedade privada e da acumulação de capital.

CONT.



É inegável que os pactos e regras da sociedade individualizada acabam por legitimar ataques contra os direitos humanos dos povos indígenas no Brasil, posto que a prioridade passa a ser a liberdade do mercado, dos investidores, dos que se orientam pelo produtivismo. Os dados de assassinatos ocorridos nos últimos 10 anos são indícios deste tipo de lógica perversa que domina o fazer político e econômico em nosso país. De acordo com dados reunidos pelo Cimi e apresentados em seus "Relatórios de Violência contra os Povos Indígenas", em 10 anos, 563 pessoas perderam a vida, vítimas de homicídio em aldeias, acampamentos e reservas indígenas. Somente no estado de Mato Grosso do Sul 317 pessoas foram assassinadas. Anastácio Peralta, liderança indígena da área Panambizinho, afirmou que no MS "o boi vale mais do que uma criança Guarani". A procuradora da República Dra. Deborah Duprat, ao analisar a realidade indígena no país concluiu que no estado de Mato Grosso do Sul os Guarani-Kaiowá vivem "a maior tragédia indígena do mundo". Tônico Benites, liderança Guarani-Kaiowá e doutor em antropologia, afirma que "atualmente 10 mil pessoas vivem em acampamentos nas margens das rodovias" (próximos ou distantes dos centros urbanos) e sofrem com a falta de assistência, pois não há lugar para o plantio, não há saneamento básico, não há água para beber, tomar banho, lavar roupa. Nestes lugares, barracos são incendiados na beira das estradas, pessoas acabam sendo ameaçadas, agredidas, atropeladas e assassinadas. Ainda segundo o antropólogo, 35 mil Guarani-Kaiowá vivem em 11 reservas criadas ainda na época do SPI.

As informações e os dados, inclusive dos órgãos de assistência, denunciam que tanto aqueles que vivem nas reservas como os que estão acampados nas margens das rodovias encontram-se sem o amparo dos órgãos públicos e estão submetidos às ameaças e perseguições dos fazendeiros que reagem contra a luta pela demarcação das terras. O procurador da República, Thiago dos Santos Luz, (quando atuava em Ponta Porã/MS) argumentou que "os conflitos se devem, sem dúvida nenhuma, à lentidão inconcebível na demarcação das terras indígenas". Na avaliação do procurador, a ausência da demarcação traz outras consequências e uma delas é o confinamento indígena em pequenas reservas, cuja expectativa de vida é semelhante à dos países mais pobres do mundo, estimada em apenas 45 anos de idade.

Causa grande preocupação as informações relativas aos atropelamentos de indígenas nas margens de rodovias federais e estaduais em Mato Grosso do Sul. Os depoimentos de lideranças indígenas que testemunharam casos de atropelamentos são contundentes e denunciam que estes ocorrem como práticas criminosas, e não podem ser caracterizados como acidentes de trânsito. Lideranças do Conselho da Aty Guasu, do povo Guarani-Kaiowá, afirmam que indígenas têm sido vítimas de "assassinatos disfarçados de atropelamentos". Ou seja, homicídios vêm sendo praticados com uso de veículos automotores (motocicletas ou automóveis) como arma letal. Matam e fogem do local do crime, cabendo, horas depois à Polícia Rodoviária Federal informar que se trata "apenas" de mais um caso de atropelamento. Nos últimos dez anos, de acordo com relatos de lideranças, ocorreram dezenas de atropelamentos, muitos deles ceifaram a vida de crianças, jovens, adultos e idosos. Os casos justificam as denúncias do Conselho da Aty Guasu de que muitos atropelamentos são premeditados, com o intuito de intimidar ou assassinar pessoas que vivem nas comunidades indígenas em luta pela terra.

Os conflitos e as mais variadas formas de violências que são praticadas contra os povos

CONT.



indígenas estão direta ou indiretamente vinculados à realidade fundiária. E as agressões atingem tanto as comunidades que vivem nas reservas criadas pelo SPI - Serviço de Proteção ao Índio, quanto aquelas que estão vivendo fora de suas áreas de ocupação tradicional, nos acampamentos na beira de estradas, nas faixas de domínio ou matas ciliares próximos das terras reivindicadas (que estão em processo de demarcação ou em litígios judiciais e ocupadas por fazendeiros).

Portanto, a base dos conflitos e das múltiplas formas de violências praticadas contra os povos indígenas tem como eixo os problemas fundiários. No entanto, esses conflitos remontam questões mais graves e profundas. As violações aos direitos indígenas não ocorrem apenas em função de uma disputa de base econômica, que tem na terra seu valor de uso e sua fonte de lucro, mas também de uma disputa por projetos de futuro – os povos indígenas vinculam-se a uma visão mais holística da vida na terra e a sociedade de consumidores vislumbra os espaços territoriais como lugares de produção de bens a serem consumidos. A terra é vista como mercadoria, e as pessoas também.

Somente a partir de uma perspectiva ingênua se poderia conceber que as violências contra os povos indígenas, que se renovam a cada ano, são fatos isolados, ou como sintomas de desvio na conduta de indivíduos. As violências estão inegavelmente relacionadas às instituições sociais e às práticas contemporâneas de discriminação e segregação social protagonizadas, em grande medida, pelos próprios órgãos públicos – quando participam diretamente de ações de despejo, quando facilitam ou incitam invasões de áreas indígenas, quando discriminam indígenas através e nas políticas assistenciais.

Diante deste quadro de violações de direitos humanos, se chega também à conclusão de que há uma luta desigual sendo travada: de um lado estão os povos indígenas, que têm ao seu favor prerrogativas constitucionais, mas para quem o estado recusa o direito efetivo sobre as terras. Do outro lado está o agronegócio, beneficiado por incentivos oficiais, financiamentos e com forte aparato judicial à sua disposição, que conta com ampla base de apoio no Congresso e no governo.

Estas questões, entre outras, estarão presentes nos debates e reflexões da Aty Guasu. As lideranças esperam efetivamente que o governo federal, através de seus representantes, sinalize pela continuidade dos procedimentos de demarcações de terras, atualmente paralisados. Caso contrário, o processo de genocídio, iniciado ao longo dos últimos anos tende a se acentuar sob os olhares complacentes dos que governam o Brasil, bem como de juízes, desembargadores e ministros do Poder Judiciário.



Força Nacional permanece no Estado por mais 30 dias

SÍTIO MS NOTÍCIAS, 22.07.2013

Heloísa Lazarini

O Ministério da Justiça divulgou hoje nova portaria que prorroga por 30 dias a estadia da Força Nacional nos municípios de Sidrolândia e Aquidauana no Mato Grosso do Sul. De acordo com o prazo inicial, a Força Nacional deveria deixar o Estado esta semana.

Com a proximidade do dia 5 de agosto, data final para que o grupo de trabalhado criado pelo ministério apresente um projeto de demarcação de terras indígenas no Estado e resolva o conflito entre índios e produtores rurais, o governador do Estado André Puccinelli (PMDB) teme que haja novos conflitos na região, por isso solicitou ao ministro da justiça José Eduardo Cardozo a permanência dos oficiais na região.

Depois do conflito do dia 31 de maio na fazenda Buriti, em Sidrolândia, quando o índio terena Oziel Gabriel, 35, morreu ao ser atingido por disparos no tórax e abdômen, a presidente Dilma Rousseff decidiu liberar cerca de R\$ 50 milhões do Tesou Nacional para aquisição de terras no Estado. A fazenda Buriti será a primeira a ser comprada seguida da propriedades em Aquidauana, também palco de conflitos históricos entre índios e fazendeiros.

Segundo o deputado estadual Pedro Kemp (PT), que integra uma das quatro comissões do Grupo de Trabalho para Questão Indígena, a Buriti foi avaliada em R\$ 3 milhões, cerca de R\$ 10 mil por hectare, e a proposta de compra será apresentada no próximo dia 5 aos membros do grupo e ao proprietário da fazenda, o ex-deputado estadual Ricardo Bacha.